

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora Class.: Kaingang / Irai 918
 Data: 20/04/93 Pg.: _____

Demarcação de Irai só espera por Itamar



Uma pista de aeroporto cercada de barracas ocupadas por índios é algo inédito no Brasil. O aeroporto asfaltado da turística cidade de Irai, a 479 quilômetros ao norte de Porto Alegre, se tornou reserva indígena em agosto de 1992, quando os kaingangues ocuparam a área e exigiram que fosse feita a demarcação. Amparados por uma portaria assinada pelo ex-ministro Célio Borja, eles apressaram o processo fazendo à sua maneira uma demarcação simbólica de 275 hectares à margem direita do Rio do Mel, dentro da cidade mais quente do Estado e conhecida por suas águas termais. Os técnicos da Funai colocaram as placas avisando: terra indígena. Falta agora o presidente Itamar Franco homologar a demarcação, o que pode acontecer a qualquer momento.

No caso de Irai, porém, só a demarcação não basta. Os índios deram um prazo até maio para que sejam retiradas da área 36 famílias de posseiros, alguns instalados ali há mais de 40 anos. Segundo cadastro feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a pedido da Funai, foi constatado que, do total, apenas 15 famílias são de agricultores, e dependem somente do trabalho na terra. Do resto, a maioria tem apenas um a dois hectares de terra, e vive de biscates na cidade.

FREGUESES — A placa colocada pela Funai determinando que o terreno do colono Nadir Correia Poerar está incluído em terra indígena não o intimidou. Aos 53 anos, há 12 em Irai, ele não está disposto a pegar em arma para enfrentar os índios. No seu único hectare, planta mandioca e conserva o arvoredo com esmero, mas é vendendo pastel na cidade ao meio dia que ele consegue uns trocos para manter a mulher, Orlanda, e os três filhos.

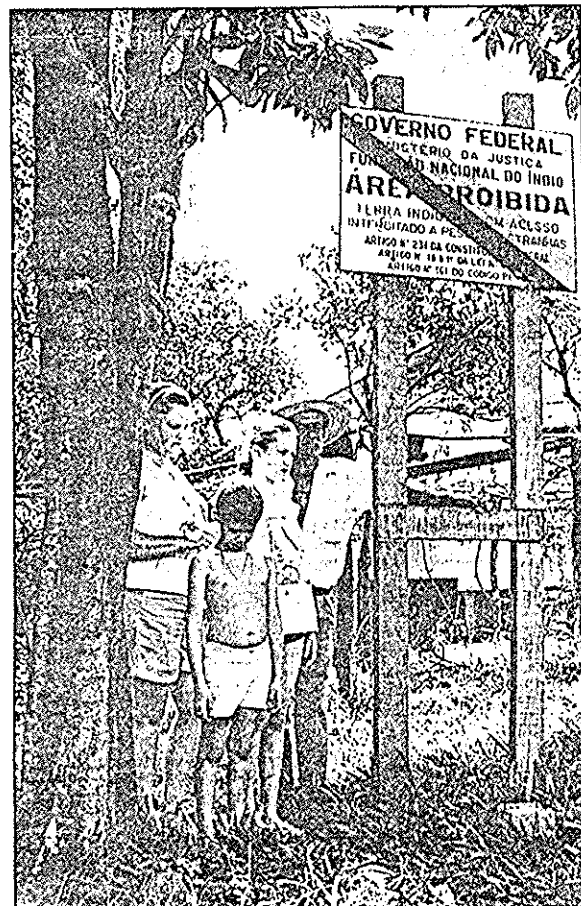
"Os índios são meu fregueses, compram galinhas", comenta Nadir. A freguesia é natural. A casa de Nadir é a mais próxima do aeroporto onde se instalaram os índios. De uma coisa ele tem certeza: "A gente tem que obedecer à lei de um juiz, um dos nossos. Mas à lei de indígena não obedecemos", afirma.

O geólogo Ingo Schneider, integrante da facção liberal da Sociedade dos Amigos da Flora e Fauna de Irai, defende a permanência dos índios na área atual, reduto de mata atlântica. "Essa terra é indígena. Atribui-se a eles a descoberta das águas minerais", atesta. Para Schneider, a construção do aeroporto dentro da área indígena foi um erro administrativo do município.

O advogado Dorvalino João Ues não pensa assim. Ele foi contratado por entidades ambientalistas para tentar tirar os índios da área recém conquistada. Há cinco processos com esse objetivo, incluindo uma ação pedindo a intervenção judicial para salvaguardar os interesses do município.



Tempos difíceis: o arrendamento da reserva de Ligeiro para os brancos foi a forma encontrada pela Funai para saldar uma dívida de Cr\$ 300 milhões



Sem medo: a família de Nadir quer manter os índios como fregueses

Cacique de Nonoai lidera a retomada do parque estadual

A guerra dos índios para recuperar suas terras no Rio Grande do Sul já começou. Os kaingangues liderados pelo cacique de Nonoai, José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes, ocuparam em fevereiro do ano passado o Parque Florestal Estadual de Nonoai, um dos últimos redutos ecológicos de um Rio Grande do Sul empobrecido de áreas verdes. Os 17 mil hectares do Parque Florestal, ricos em araucárias, porcos do mato, inúmeras espécies de aves silvestres e pedras preciosas como a ametista, haviam sido desmembrados da área indígena de Nonoai em 1949 pelo interventor federal Walter Jobim. Hoje, os kaingangues dizem não abrir mão do santuário de onde seus antepassados tiravam frutos, pinhão e a caça e pesca.

Os brancos temem que o parque seja devastado como a vizinha reserva indígena de Nonoai, uma área de 14 mil hectares localizada entre os municípios de Nonoai e Planalto, onde não há mais mata. Os índios acusaram os guardas da Secretaria da Agricultura que estavam no parque até fevereiro de 92 de vender a madeira e as pedras preciosas da área de preservação. Os guardas apontaram os índios como responsáveis. O Governo entrou com um pedido de reintegração de posse, mas o Tribunal de Alçada negou, permitindo a permanência dos índios sob o protesto de

alguns ecologistas, preocupados com a preservação da mata. A questão está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal.

GUARDA — Enquanto a Justiça não decide, foi proposta uma guarda mista, formada por 12 índios e 12 funcionários da Secretaria de Agricultura, para evitar a saída de madeira e pedras preciosas de dentro da área florestal. Os índios negam que a guarda esteja funcionando e afirmam que os próprios kaingangues estão controlando o local. O diretor do parque, o engenheiro florestal Juvenal Pavone, garante que 12 funcionários estão percorrendo como podem parte dos 150 quilômetros do perímetro verde para fazer as patrulhas. "Os recursos são restritos", justifica Pavone. E lembra que os índios estão entrando para colher frutas, ervas e pinhão.

As prefeituras de Nonoai e Planalto se encontram em situação delicada para fazer qualquer coisa. O prefeito de Nonoai, Ademar Dall'Asta, está envolvido diretamente no conflito das terras, porque os índios reivindicam uma parte do território onde fica sua fazenda. "Tenho uma escritura de mais de cem anos. Cabe a Justiça agora decidir", defende-se Dall'Asta. O secretário de Administração de Planalto, Carlos Ciprandi, acredita que a saída é propor um acordo com os kaingangues.